

1 **ATA DA 131ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE MS/CEC-MS,**
2 **REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2020, NO PLENARINHO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.**

3 Aos dezessete dias do mês de setembro de 2020, em Campo Grande/MS, através de
4 videoconferência, Participaram os seguintes Membros do Conselho Estadual das Cidades de
5 Mato Grosso do Sul - CEC/MS: **Maria do Carmo Avesani Lopez** – Diretora Presidente da Agência
6 de Habitação Popular de MS/AGEHAB-MS; **Inês Pereira Esteves** – Departamento Estadual de
7 Trânsito; **Marcia Helena Mello Santana** - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do
8 Sul/SANESUL; **Pedro Paulo Gasparini** – Defensoria Pública Estadual/DEP-MS; **Paulo Cesar Neves**
9 **de Matos** - Caixa Econômica Federal/CEF; **Aroldo Abussafi Figueiró** – Conselho Regional de
10 Engenharia e Agronomia/CREA-MS; **Aquino Pereira de Oliveira** – Prefeitura Municipal de
11 Figueirão; **Vera Cristina Galvão Bacchi** – Prefeitura Municipal de Campo Grande; **Edson Ageo**
12 **Maidana Nunes e Auro da Silva** - Federação das Associações de Moradores do Estado do Mato
13 Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra** – Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia –
14 SAM/MNLM; **Kelly Cristina Hokama** - Sindicato dos Arquitetos de MS/SINDARQ-MS; **Jorge Tadeu**
15 **Mastela e Almeida** – Sindicato dos Engenheiros de MS/SENGE-MS; **Kely de Paula de Oliveira** -
16 Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção do Estado de Mato Grosso do
17 Sul/SINDUSCON; **Claudio Hideaki Kitaguti** – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação
18 e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado
19 de MS/SECOVI-MS; **Mateus Boldrine Abrita** - Universidade Estadual de Mato Grosso do
20 Sul/UEMS; **Silvia Bontempo** – Ordem dos Advogados do Brasil/OAB-MS; **Márcia Xavier Espíndola**
21 – Associação de Doenças Neuromusculares de Mato Grosso do Sul/ADONE-MS; **César Magalhães**
22 - Secretária Executiva do CEC. Como convidados: **Gisseli Girdelli**, Servidora da SEMADUR e
23 **Vinícius Vitiritti Ferreira Zanardo**, servidor PLANURB. A 131ª Reunião Ordinária do Conselho
24 Estadual das Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata 129ª Reunião**
25 **Ordinária do CEC; Apresentação dos procedimentos para implantação de novo aterro sanitário**
26 **em Campo Grande-MS; Definição de Pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora**
27 **Maria do Carmo** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião e passou para os **Informes:**
28 Primeiramente agradeceu a Conselheira Vera Bacci e a Senhora Berenice da PLANURB por ter
29 disponibilizado o acesso a plataforma Zoom, para que a reunião fosse reproduzida e gravada. Em
30 seguida, comentou que foi lançado uma MP do Programa Minha Casa Verde e Amarelo, mas está
31 sem definição de orçamento e questão operacional. O Programa está recebendo algumas
32 Emendas para que o Congresso Nacional possa analisá-las e aprová-las. Informou ainda que a

33 ABC encaminhou algumas propostas de Emendas, e irão trabalhar para que essas propostas
34 sejam atendidas e, tenhamos recursos para a construção de moradias. Comentou também que
35 haverá o Fórum de Habitação, e que esse ano será online e gratuito. Começando no dia 07,
36 período da tarde, e dias 08 e 09 de outubro. Que posteriormente será encaminhado o link de
37 inscrição aos Conselheiros. A **Conselheira Vera Bacchi** explica que os Conselheiros podem
38 “levantar a mão” para organizar e saber quais são os Conselheiros que desejam se manifestar.
39 Que a lista de presença, será através do aplicativo Google Forms. O link foi encaminhado no chat
40 e os Conselheiros devem entrar, preencher com e-mail e marcarem seu nome. Em seguida a
41 **Senhora Maria do Carmo** passa para **Aprovação da Ata 129ª Reunião Ordinária do CEC**: A Ata
42 foi encaminhada via e-mail a todos os Conselheiros e não houve nenhuma contestação e/ou
43 sugestão. Os Conselheiros que participaram da Reunião APROVARAM referida Ata. Prosseguindo
44 a **Senhora Maria do Carmo** passou para próxima pauta, **Procedimentos para implantação de**
45 **novo Aterro Sanitário em Campo Grande-MS**. Passou a palavra a Senhora **Gisseli Girdelli** que
46 abordou sobre os procedimentos para implantação de novo aterro sanitário em Campo Grande-
47 MS. A **Senhora Gisseli Girdelli** expôs que irá explicar como funcionará, quais os procedimentos
48 e, fará uma orientação de como é feito a implantação dos aterros sanitários. Que a explanação
49 não será somente no que diz respeito ao aterro da SOLURB em Campo Grande, mas sim, sobre
50 qualquer outro aterro sanitário. Explicou que toda questão do novo aterro sanitário surgiu
51 quando foi publicado o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto
52 Ambiental), causando muitas reclamações, mas, por falta de conhecimento. Esclareceu que todas
53 as categorias de aterros e atividades possuem um teor de poluição bastante elevado, caso não
54 sejam instalados e operados adequadamente, e são passíveis de EIA/RIMA. No processo de
55 licenciamento ambiental, existem diferentes tipos de estudos ambientais que devem ser
56 apresentados para que a atividade seja licenciada. Esse licenciamento é dividido em fases e, é
57 levado em consideração o grau de impacto causado. Sendo uma atividade de baixo impacto,
58 pode ser expedido uma licença única, chamada de LASC. Diz também, que dependendo da
59 atividade, é necessário a divisão, **em licença prévia, licença de instalação e licença de operação**.
60 A **licença prévia**, é dada para aprovar o local e a concepção do empreendimento. Nessa fase, o
61 estudo precisa indicar se a área é ambientalmente viável para receber o empreendimento e
62 avalia o que será implantado no local. Já na fase de **licença de instalação**, são analisados os
63 projetos executivos, servindo de autorização de início da obra. E a **licença de operação**, irá
64 verificar se o empreendimento foi instalado de acordo a LI (Licença Ambiental) e permitir o início

65 das atividades. Lembrou que todas as atividades passíveis dessas licenças, só podem funcionar
66 com a devida licença. Seguindo a **Senhora Gisseli Giraldelelli** explicou que existem diversos
67 estudos de impactos ambientais, e o EIA/RIMA é o estudo mais complexo, sendo aplicado apenas
68 em empreendimentos de grande impacto. Ele possui ainda uma legislação federal própria, é
69 necessário que tenha a participação da sociedade para a implantação do empreendimento,
70 devendo ainda, ser divulgado com até 30 dias úteis antes do início do processo de liberação da
71 licença, para consulta da população, que podem requerer uma audiência pública. Caso houver a
72 solicitação da audiência pública por parte da população, é emitido ofícios para aos órgãos
73 municipais e demais interessados, além de publicação para divulgação. Porém, a SEMADUR tem
74 tomado a iniciativa de solicitar a audiência pública, pois são empreendimentos que sempre tem
75 interesse coletivo, e de essencial necessidade da participação da população no debate. Outros
76 processos que não são passíveis de EIA/RIMA, é feito publicidade, onde o empreendedor é
77 obrigado a publicar que requereu a licença. Posteriormente deverá ser encaminhada ao Conselho
78 Municipal de Meio Ambiente a lista dos empreendimentos que estão tramitando a licença
79 ambiental. No que diz respeito ao aterro sanitário da SOLURB, estão tramitando três processos
80 de aterro. Um da Oca Ambiental, que é um aterro para resíduos perigosos. Um Aterro da Xaraés,
81 e o Aterro em discussão, que é o aterro que irá atender a destinação dos resíduos domésticos.
82 Esclareceu também que, como é um serviço concessionário, compete a própria empresa, dispor
83 a área, construir, licenciar e executar os estudos, não cabendo ao município esse processo, pois
84 assim foi feito e acordado no contrato de concessão. Em abril de 2020 a empresa SOLURB entrou
85 com requerimento de abertura de para licenciamento ambiental do novo aterro, que já estava
86 previsto dentro do contrato de concessão. A SEMADUR deu então a publicidade do estudo de
87 impacto ambiental e seu relatório. A **Senhora Gisseli Giraldelelli** relatou que muitas pessoas
88 desconhecendo o processo, pensaram que o aterro já iria ser instalado, o que gerou uma
89 confusão. Mas, durante o processo, toda empresa é passível de EIA/RIMA, tem a obrigatoriedade
90 de apresentar um estudo de no mínimo três áreas viáveis para receber o empreendimento. Esse
91 estudo irá indicar qual área irá causar menos impacto, e, mesmo assim, pode ser que essa a área
92 não venha a receber o empreendimento, já que posteriormente haverá a audiência pública e
93 análise da equipe técnica da SEMADUR, para avaliar o estudo. Que pode também ocorrer de
94 todas as áreas serem indeferidas. Salientou que o processo para o novo aterro está correndo
95 dentro do tramite normal. Que somente houve atraso no agendamento da audiência pública por
96 conta da pandemia de corona vírus. Comentou que durante esse período, tem recebido diversas

97 contribuições de órgãos e entidades, de estudos de impactos e soluções para o novo aterro.
98 Dentro dessas contribuições, a Agência de Regulação (AGEREG), informou que no processo de
99 concessão de 2012, já havia uma área que tinha sido licenciada para receber esse novo aterro.
100 Essa área fica nas proximidades do atual aterro de Campo Grande, e na época houve uma licença
101 prévia para implantação do aterro. Porém, o IMASUL, que era o Órgão competente pelo
102 licenciamento acabou perdendo o prazo, expirando essa licença. A **Senhora Gisseli Girdelli**
103 esclareceu que hoje a SEMADUR é a responsável e não tinha conhecimento dessa licença prévia
104 que havia sido expedida. Que após esse encaminhamento recebido da AGEREG, solicitou à
105 SOLURB um complemento nos estudos dessa área e de todas as outras possíveis áreas
106 apresentadas, pois faltaram muitas informações. A SOLURB então, requereu a suspensão da
107 contagem do prazo que estava em andamento, pois seria necessário no mínimo 120 dias para
108 realizar o estudo das áreas adicionais. A solicitação foi atendida e a SEMADUR está aguardando
109 ser finalizado os estudos, para dar a publicidade deles e, em seguida, fazer o chamamento de
110 uma nova audiência pública. O **Conselheiro Aroldo Figueiró** solicitou que os membros dos
111 Conselhos estejam mais inseridos na discussão e reuniões diversas que houverem, pois, por
112 muitas vezes, os Conselheiros não ficam sabendo da ocorrência das audiências públicas e, que
113 gostaria de participar e poder contribuir. A **Senhora Gisseli Girdelli** explicou que junto ao
114 trabalho da SEMADUR, existe o Conselho Municipal de Meio Ambiente, que tem assento no
115 CMDU. Que o Conselho Municipal de Meio Ambiente é deliberativo, e a emissão da licença
116 ambiental, não é deliberada pelo Órgão, e sim pelo Conselho. Após a audiência pública, o
117 processo retorna para continuidade da análise e, em seguida a equipe técnica elabora o parecer
118 preliminar para processos de EIA/RIMA, seguindo para a apreciação de uma comissão de controle
119 ambiental, que é composta por três órgãos municipais (SESAU, PLANURB e SEMADUR). Caso essa
120 comissão aprove o parecer preliminar, ele seguirá para o Conselho Municipal de Meio Ambiente,
121 para deliberação e votação. Que em uma das seções da reunião, será escolhido um Conselheiro
122 relator. Em seguida é montado uma equipe de relatoria, para que na próxima reunião seja
123 apresentado e votado. Os Conselheiros votando e aprovando o parecer preliminar, o processo
124 retorna para elaboração do parecer final e emissão da licença ambiental. No entanto a **Senhora**
125 **Gisseli** acolheu a solicitação do Conselheiro Aroldo para que seja enviado ao Conselho das
126 Cidades, todos os processos de EIA/RIMA e as audiências que irão ocorrer. O **Conselheiro Aroldo**
127 **Figueiró** comentou que dentro do CEC existe as câmaras técnicas e pediu que seja enviado os
128 nomes dos Conselheiros que as integram, para que sempre que o Conselho receber os

129 documentos da SEMADUR, a câmara responsável possa se reunir para analisar e gerar um
130 parecer. A **Senhora Maria do Carmo** diz que irá enviar os nomes conforme solicitado. Porém
131 afirmou que o Conselho não assumirá um compromisso que não possa ser cumprido, pois, essa
132 pauta irá gerar gerara um trabalho extra muito grande. Propôs que todas EIA/RIMA e processos
133 recebidos, sejam encaminhados aos conselheiros, e tento algum ponto específico que mereça
134 discussão, seja levado ao conselho para ser debatido. A **Conselheira Vera Bacchi** sugeriu que os
135 processos sejam encaminhados aos Conselheiros, para conhecimento. Que caso haja algum
136 assunto importante para levar em pauta, que seja levado para discussão. O **Conselheiro Dirceu**
137 **Peters** falou que o assunto dos aterros sanitários é delicado. Deu como exemplo, que muitos
138 moradores querem a instalação de um ponto de ônibus perto da sua casa, mas ninguém quer em
139 frente à sua casa. E os aterros sanitários, tem o mesmo problema. Todos sabem da necessidade,
140 mas não desejam que seja próximo a sua residência. Cabendo então ao poder público, estudar o
141 melhor local para sua implantação. Enfatizou que existe um corpo técnico competente para fazer
142 esse estudo e determinar o melhor local. A **Senhora Gisseli Giraldelli** salientou que nos últimos
143 dois anos, foi tramitado apenas sete processos de EIA/RIMA, pois são realmente para grandes
144 empreendimentos. Que a proposta seria enviar a análise do estudo e o convite das audiências
145 públicas, não toda a documentação das EIA/RIMA, justamente para acolher contribuições dos
146 Conselheiros ou qualquer outro cidadão que queira participar. Concordou com a colocação do
147 Conselheiro Dirceu, pois, todos os locais estudados para a implantação do aterro, existem alguns
148 questionamentos e reclamações. Que a única forma de não existir o aterro, seria se todos
149 guardassem seus próprios resíduos em suas casas. Que o campo-grandense tem um preconceito
150 muito grande em relação aos aterros, pois ainda há uma visão distorcida sobre o assunto e logo
151 se lembram do antigo lixão e associam ao aterro. Que é realmente necessário a participação de
152 toda a sociedade nesse processo e, com estudos responsáveis, pois caso seja mal operado, causa
153 contaminações graves nos solos e na água. A **Conselheira Inês Pereira** expressou que com a
154 pandemia e maior tempo em casa, tem observado como é grande a produção de resíduos sólidos
155 nas residências. Que acredita que poderia ser realizada uma campanha juntamente com as
156 escolas, para que seja produzido menos lixo. Que hoje as escolas estão com muitas possibilidades
157 para se comunicar com as crianças e a família. A **Senhora Gisseli Giraldelli** respondeu que
158 acredita ser essencial o trabalho voltado a educação. Inclusive a Prefeitura Municipal,
159 juntamente com a PLANURB, vem desenvolvendo trabalhos de educação nesse sentido, e que a
160 própria concessionária também tem ações voltadas para educação. Mas acredita que existe um

161 grande abismo em relação as pessoas adquirirem conhecimento e fazerem desse conhecimento
162 a sua prática. Deu como exemplo a dengue. Que a anos há campanhas, propagandas, pessoas
163 visitando as casas, conscientizando para que não deixe água parada e acumulada. E todos os anos
164 convivemos com o problema da dengue e temos centenas de casos e pessoas sofrendo com esse
165 mal. O **Conselheiro Claudio Hideaki** questionou se a construção do aterro irá atender as demais
166 cidades do Estado ou somente Campo Grande. A **Senhora Gisseli Giraldelli** respondeu que
167 algumas cidades do interior já são atendidas por um consórcio e que Campo Grande tem
168 atendido alguns municípios próximos, pois são municípios que não têm estrutura e nem
169 condições para terem um aterro próprio. A **Conselheira Márcia Xavier** agradeceu a participação,
170 parabenizou a Senhora Gisseli pela explanação e informou que era sua primeira reunião, pois foi
171 indicada para substituir a Conselheira Rosana (Representando a ONG, Associação de Doenças
172 Neuromusculares de Mato Grosso do Sul). O **Conselheiro Aroldo Figueiró** mencionou que há
173 perspectiva de construção de uma ferrovia que estará saindo do Estado de Goiás até o município
174 de Porto Murtinho em MS. As locomotivas seriam movidas a gás, que poderia ser gerado através
175 dos resíduos sólidos gerados pelas cidades. Porém, para que a empresa seja instalada no
176 município de Jaraguari/MS, se faz necessário um número muito maior de geração de resíduos
177 por parte dos municípios. A **Senhora Gisseli Giraldelli** respondeu não ter conhecimento desse
178 empreendimento, e que apenas vem tratando do licenciamento ambiental para implementação
179 do novo aterro, que é de sua competência. Mas a empresa poderá encontrar outras alternativas,
180 cabe a ela o estudo. Até porque, a SEMADUR só pode tratar questões relacionadas ao município
181 de Campo Grande. A **Senhora Maria do Carmo** comentou que a reunião estava sendo muito
182 participativa, e que a explanação da Senhora Gisseli foi muito clara e de fácil entendimento.
183 Enfatizou que os Conselheiros irão trazer para pauta do Conselho somente algum ponto de
184 interesse dos documentos de EIA/RIMA que recebermos. O **Conselheiro Aquino Pereira** tentou
185 se manifestar, mas a internet estava muito ruim. A **Conselheira Edymar Fernandes** afirmou que
186 o tempo dado pela Prefeitura foi muito bom, pois o debate é amplo e deve ser bem tratado.
187 Comentou que muitos moradores do entorno das áreas que podem receber o aterro, não têm
188 conhecimento do assunto e todo esse debate ajuda no esclarecimento. Sugeriu que a câmara
189 setorial de saneamento do Conselho, vá participar dos debates para acrescentar conhecimento.
190 A **Conselheira Silvia Bontempo** manifestou-se dizendo ter gostado muito da palestra e fica à
191 disposição para ajudar no que for preciso. A **Senhora Maria do Carmo** novamente agradeceu a
192 Conselheira Vera e ao PLANURB, pelo acesso a plataforma, para que a reunião fosse realizada.

193 Agradeceu a Senhora Gisseli pela explanação que foi bastante esclarecedora. A **Conselheira Vera**
194 **Bacchi** colocou-se à disposição, pois sabe da importância das reuniões. A **Senhora Gisseli**
195 **Giraldelli** agradeceu a oportunidade de estar na reunião do CEC para expor as ações relacionadas
196 a esse assunto tão importante para a sociedade, expressando sua grande satisfação em ter
197 participado da reunião e sanar as dúvidas. Não havendo mais questionamentos, a **Senhora Maria**
198 **do Carmo** agradeceu a todos e passou para a **Pauta da próxima reunião**: Não houve sugestões e
199 será definida posteriormente. A **Senhora Maria do Carmo** encerrou a reunião às 15:30 horas. Ata
200 redigida por **César Magalhães**, revisada por **Tânia Marques**.